

DEF 0323 - Direito e Legislação Ambiental

Prof^a Ana Maria Nusdeo

Objetivos:

Apresentar as normas do direito ambiental brasileiro voltadas, especificamente, ao combate da poluição, à prevenção e reparação de danos, à proteção ambiental e à criação e conservação de espaços protegidos. O curso pretende fornecer os subsídios básicos para a atividade profissional na área e, ao mesmo tempo, um posicionamento crítico sobre seus diversos tópicos.

Metodologia:

Aulas expositivas, com participação estimulada por questões propostas e respondidas na aula. Em ocasiões agendadas, dinâmica de discussões e resolução de problemas

Avaliação

Prova (peso 7) e aproveitamento nas atividades de discussão/resolução de problemas (peso 3). A participação em sala de aula possibilita a atribuição de até 0,5 ponto extra.

Conteúdo programático:

17/03/2023 - Aula 1 – Evolução da proteção ambiental e desafios. Apresentação do programa

24/03/2023 - Aula 2 - Princípios do direito ambiental

Material de aula:

1) Constituição Federal (arts. 20, 23, 24, 26, 170, 186 e 225);

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1981

Texto de apoio: MORATO LEITE, José Rubens. *Direito ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2015, p.89-119.

31/03/2023 – Aula 3 - Política Nacional do Meio Ambiente

Material de aula: BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**

Texto de apoio: MACHADO, Paulo Affonso L. A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. In SAMPAIO, Rômulo ET AL. *Tópicos de Direito Ambiental. 30 anos da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. P. 3-23 e

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. **TRAJETÓRIA DA POLÍTICA AMBIENTAL FEDERAL NO BRASIL**. In Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas / organizadora: Adriana Maria Magalhães de Moura. – Brasília: Ipea, 2016.

Material complementar:

1) KIPNIS, Beatriz. Políticas para o meio ambiente: o movimento ambientalista e as principais decisões desde a redemocratização [Linhas do Tempo]. **Fundação Fernando Henrique Cardoso**. [S. l.: s. n.]. [2019?] Disponível em: <https://linhasdotempo.fundacaofhc.org.br/politica-ambiental/>. Acesso em: 12 mar. 2022

07/04/2023 – Semana Santa

14/04/2023 – **Aula 4-** Meio ambiente na Constituição Federal

Material de aula: Constituição Federal (arts. 20, 23, 24, 26, 170, 186 e 225);

Textos de apoio: 1) SARLET, Ingo e FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Forense, 2ª ed, 2021, p.271-345.

2) SILVA, José Afonso. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Editora Malheiros, 2009. p. 46-53 e 81-96;

Textos complementares: 1) BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e. O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. **Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2008.

2) ATAÍDE JÚNIOR, Vicente de Paula. Direito Animal e Constituição. **Revista Brasileira de Direito e Justiça**, v. 4, n. 1, jan./dez. 2020. p. 13-44. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/direito/article/view/16269>. Acesso em: 12 mar. 2022.

21/04/2023 – Feriado

28/04/2023 – Aula 5 - Seminário 1 – Ética e economia: dois debates fundamentais no direito ambiental

Material do seminário:

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. [Acrescido do resumo sobre os apontamentos de Elinor Ostrom ao texto de HARDIN]. [S. l. s. n.], [1968].

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5603756/mod_resource/content/1/A_TRAGEDIA_DOS_COMUNS_por_Garrett_Hardin.pdf [VERSÃO TRADUZIDA]

LOURENÇO, Daniel Braga. Ética Ambiental e o Valor do Mundo Natural. Disponível em: https://www.academia.edu/4166091/%C3%89tica_Ambiental_e_o_Valor_do_Mundo_Natural

PURVIN, Guilherme. A natureza como sujeito de Direitos. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/a-natureza-como-sujeito-de-direitos/>

05/05/2023 – Aula 6 - Competência em Matéria Ambiental

Material de aula:

1) Constituição Federal (arts. 20, 23, 24, 26, 170, 186 e 225);

2) BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** (vide Aula 05);

BRASIL. **Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.** Fixa normas [...] para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente [a

Texto de apoio: FERREIRA, Helini S. *Competências ambientais*. In: CANOTILHO, José J. e LEITE, José Rubens Morato. *Direito constitucional ambiental brasileiro*. São Paulo, Saraiva, 2007, pp. 204-218.

12/05/2023 – Aula 7 - Responsabilidade Administrativa e Penal em matéria ambiental

Material de aula:

1) BRASIL. Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. (Vide Aula 6) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm. Acesso em: 12 mar. 2022.

2) BRASIL. Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações [...]. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm. Acesso em: 12 mar. 2022.

3) BRASIL. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm

Texto de apoio: MACHADO, Paulo Affonso L. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Jus podium, 2022, pp. 317- 330.

19/05/2023 – Aula 8 - Responsabilidade civil por danos ao meio ambiente

Material de aula: BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981

Texto de apoio: FARIAS, Cristiano *et al.* Novo Tratado de Responsabilidade Civil. 3a ed. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 1007-1076 ou MORATO LEITE, José Rubens. *Direito ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 1. , p. 569-589

26/05/2023 – Aula 9 - Seminário 2 – Responsabilidade civil e grandes desastres

Será trabalhado o caso do rompimento da Barragem B-I em Brumadinho/MG. O material do seminário será disponibilizado oportunamente.

02/06/2023 - Aula 10 - Espaços protegidos I (biomas e unidades de conservação)

Material da aula: BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. [...] institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza [...]. Brasília: Presidência da República, 2000

Texto de apoio: MACHADO, Paulo Affonso L. Áreas protegidas: a Lei n.º 9.985/2000. In: BENJAMIN, Antônio Herman. **Direito ambiental das áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001. pp. 248-275

Material complementar: 1) LEITÃO, Sérgio. Sobreposição de vontades, por que não se resolve o conflito entre Tis e UCs? In: FANY, Ricardo (org.). **Terras indígenas &**

unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 17-23. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/N0L00033.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

2) BRASIL. Advocacia Geral da União. **PARECER n. 00175/2021/CPAR/PFE-ICMBIO/PGF/AGU**. Sobreposição entre Unidade de Conservação de Proteção Integral e Territórios Tradicionais. Parecerista: Procurador Frederico Rios Paula. 20 set. 2021. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/documentos/parecer-n-001752021_cparpfe-icmbiopgfagu-sobreposicao-entre-unidade-de-conservacao. Acessado em 11 mar. 2022.

3) Reportagem: Prizibiszki, Cristiane. ICMBio passa a aceitar permanência de tradicionais em unidades de conservação de proteção integral”. **(o)eco**, [S. l.], 25 nov.

09/06/2023 - Feriado

16/06/2023 - **Aula 11** - Espaços protegidos II (Código Florestal – Lei de Proteção à vegetação nativa)

Material de aula: BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2015. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília: Presidência da República, 2015

Texto de apoio: GRANZIERA, Maria Luiza. **Direito ambiental**. São Paulo: Editora Foco, 4a edição, 2019. p. 397-449

23/06/2023 – **Aula 12** - Licenciamento ambiental

Material de aula:

1) BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**.

2) BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.

3) BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental [Alterada pelas Resoluções nºs 11/1986, 05/1987, 237/1997 e 494/2020].

Texto de apoio: BECHARA, Erika. **Licenciamento e compensação ambiental na lei do sistema nacional das unidades de conservação (SNUC)**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 80 a 135.

Bibliografia Básica

BECHARA, Erika. **Licenciamento e compensação ambiental na lei do sistema nacional das unidades de conservação (SNUC)**. São Paulo: Atlas, 2009.

BENJAMIN, Antonio H. (coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Forense, 2001

CANOTILHO, José J. e LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo:Saraiva, 2007. p. 204-218

FARIAS, Cristiano *et al.* **Novo Tratado de Responsabilidade Civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 1007-1076.

FARIAS, Talden. **Licenciamento Ambiental. Aspectos teóricos e práticos**. Belo Horizonte:Forum, 2017

GRANZIERA, Maria Luiza M. **Direito Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019

LEITE, José Rubens Morato. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo:Saraiva, 2015

MACHADO, Paulo Afonso L. **Direito Ambiental Brasileiro**. Salvador: Juspodium, 2020.

MIRRA, Alvaro V. **Impacto ambiental**. Juarez de Oliveira, 2006

MIRRA, Alvaro V. **Participação, processo civil e defesa do Meio Ambiente**. Juspodium, 2011

NUSDEO, Ana Maria. **Direito Ambiental & Economia**. Curitiba: Juruá, 2018.

SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

FARIAS, Cristiano *et al.* **Novo Tratado de Responsabilidade Civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 1007-1076.